



# monumentos

CIDADES | PATRIMÓNIO | REABILITAÇÃO

30

DEZEMBRO 2009

**DIRECTOR**

Luís Macedo e Sousa

**CONSELHO EDITORIAL**

Alexandre Alves Costa  
José Eduardo Horta Correia  
José Manuel Fernandes  
Manuel Madruga  
Nuno Portas  
Nuno Teotónio Pereira  
Paulo Pereira  
Raquel Henriques da Silva  
Vítor Serrão

**COORDENAÇÃO**

Andrea Cardoso

**REDACÇÃO**

Maria João Reis Martins  
Paula Tereno

**TEXTOS**

Adelino Gonçalves  
Alexandre Alves Costa  
André Oliveira  
Barbara Aniello  
Gilberto Gomes  
João Paulo Martins  
Jorge Custódio

José Eduardo Horta Correia  
José Manuel Fernandes  
Maria Manuel Oliveira  
Miguel Reimão Costa  
Raquel Henriques da Silva  
Rute Figueiredo  
Teresa Valente  
Victor Mestre  
Vítor Ribeiro  
Walter Rossa

**FOTOGRAFIA**

Manuel Ribeiro  
(à excepção das que se encontrem  
com outra identificação na legenda)

**TRADUÇÃO DOS RESUMOS**

Instituto Espanhol de Línguas

**DESIGN**

TVM Designers

**EXECUÇÃO GRÁFICA**

Dpi Cromotipo — Oficina de Artes  
Gráficas, Lda.

**DISTRIBUIÇÃO**

HT – Distribuição e Comercialização  
de Produtos Culturais, Lda.

**EDIÇÃO E PROPRIEDADE**

Instituto da Habitação  
e da Reabilitação Urbana  
Av. Columbano Bordalo Pinheiro, n.º 5  
1099-019 Lisboa  
Redacção: 21 723 15 12 /  
21 723 17 60  
E-mail: [diec@ihru.pt](mailto:diec@ihru.pt)  
Internet: [www.monumentos.pt](http://www.monumentos.pt)

Periodicidade Semestral  
Preço por número: 25 € (IVA incluído)  
Tiragem: 4000 exemplares  
ISSN: 0872-8747  
Depósito Legal n.º 79253/94

Os textos são da inteira responsabilidade  
dos respectivos autores.

Os textos e as imagens desta publicação  
não podem ser reproduzidos sem  
autorização prévia do Instituto da  
Habitação e da Reabilitação Urbana.

**AGRADECIMENTOS**

A revista *Monumentos* agradece  
a colaboração prestada pela  
Câmara Municipal de Vila Real  
de Santo António.

# monumento

**CAPA**

Vila Real de Santo António, Praça  
Marquês de Pombal, pormenor das  
coberturas dos edifícios pombalinos  
e da Igreja de Nossa Senhora  
da Encarnação, 2009.

© Sistema de Informação para  
o Património Arquitectónico/IHRU.

## DOSSIÊ: Vila Real de Santo António, a cidade ideal

- Miguel Reimão Costa 6 **A paisagem de Vila Real de Santo António. Dos areais da orla às vertentes da serra**
- Walter Rossa 16 **Cidades da razão: Vila Real de Santo António e arredores**
- Teresa Valente e Vítor Ribeiro 32 **Vila Real de Santo António: reabilitação do edificado e do espaço público**
- Adelino Gonçalves 40 **Vila Real de Santo António. Planeamento de pormenor e salvaguarda em desenvolvimento**
- André Oliveira 54 **Casa da Câmara de Vila Real de Santo António. Levantamento arqueológico**
- Victor Mestre 62 **“Restaurar o urbano” através da reabilitação da câmara pombalina. À procura da “partícula de Deus”**
- Alexandre Alves Costa e José Manuel Fernandes 74 **O novo edifício da Câmara Municipal. Problemas, questões, engulhos**
- Maria Manuel Oliveira 80 **O cementerio de Vila Real de Santo António e o debate setecentista sobre a inumação extramuros**
- José Manuel Fernandes 88 **Da “casa portuguesa” ao “Português Suave” ou algumas variações sobre o tema dos telhados pombalinos**
- Raquel Henriques da Silva 98 **Hotel Guadiana: da memória à refundição**
- Jorge Custódio 106 **A indústria conserveira vila-realense. Um caso peculiar de urbanização industrial e de património**
- João Paulo Martins 122 **O edifício de passageiros da estação ferroviária de Vila Real de Santo António. Cottinelli Telmo e os novos edifícios públicos**
- Gilberto Gomes 134 **O território e os transportes em Vila Real de Santo António. Notas acerca das infra-estruturas de transporte no século XX**
- 146 **Vila Real de Santo António: uma única e grande casa. Entrevista a José Eduardo Horta Correia conduzida por Raquel Henriques da Silva**

### INVENTÁRIO DO PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO

- 150 **Bairro da Caixa / Bairro do Farol**
- 158 **Núcleo pombalino de Vila Real de Santo António / Construções pombalinas de Vila Real de Santo António**

### VÁRIA

- Barbara Aniello 166 **As metamorfoses de Psique na casa da Rua de Alcolena. Em busca da obra de arte total**
- Rute Figueiredo 174 **Mapeando o invisível. Os espólios de arquitectura do arquivo do SIPA**
- 182 **Publicações**

# Cidades da razão: Vila Real de Santo António e arredores

WALTER ROSSA

## 1. VRSA, uma dimensão pragmática de utopia

Vila Real de Santo António constitui o clímax da “escola portuguesa de arquitectura, urbanismo e engenharia militar”. Sendo discutível a aplicação do conceito de “escola” a esse contexto disciplinar no Portugal dos séculos XVII e XVIII, afigura-se-me como seguro o facto de, em valor absoluto e universal, aquela cidade ser um “caso limite”<sup>1</sup> enquanto realização urbanística, o que à primeira vista pode oferecer-se como ainda mais polémico. Foi concebida e concretizada enquanto *cidade nova*<sup>2</sup>, com a função primária e comum de afirmação da soberania através da marcação e colonização do território, mas também de exploração das suas potencialidades económicas. O cumprimento integral e integrado do seu totalitário programa funcional e formal tornam incontornável e estimulante considerá-la mais do que uma *cidade ideal*, uma utopia urbanística — ou seja, uma *cidade utópica* — e, assim, um paradoxo viável do próprio conceito<sup>3</sup>.

Não é possível fixá-las em simultâneo num período ou momento da história de Vila Real de Santo António, mas a *cidade-fábrica* foi uma realidade funcional desde a sua fundação até há escassas décadas<sup>4</sup> e a *cidade-formosa* materializou-se ao ponto de ter sido legível a sua globalidade. Foi inviável — seria impossível e mesmo indesejável face à própria natureza da condição urbana — manter-se engessada nesse limbo formal. Ter-se-á, contudo, ido longe demais nessa transformação, sendo hoje muito árdua a percepção da forma original. Subsiste, mesmo assim, a esperança e a possibilidade, não de regressão, mas de clarificação integrada, salvaguardando-se e desenvolvendo-se o muito que ainda subsiste, evidenciando o limite entre o que é a área do plano original e o que dele com igual disciplina ortogonal se espalhou<sup>5</sup>.

A realidade urbanística de Vila Real de Santo António preenche o único requisito verdadeiramente formal da materialidade ficcionada das cidades dos tex-



1 | Marquês de Pombal (1699-1782), Joana do Salitre (atrib.), século XVIII, colecção particular, quadro fotografado em 2009.

## Ciudades de la razón: Vila Real de Santo António y alrededores

Conjugando una serie de genealogías ideológicas, formales y metodológicas, Vila Real de Santo António representa la materialización de una ciudad ideal, utópica.

Ese hecho justifica su excepcional valor e importancia cultural, y potencia el interés que reviste la participación en redes destinadas a la salvaguarda, divulgación y desarrollo integrados y racionales de su patrimonio y comunidades. En este texto se pretende estimular esa vocación y contribuir a la reflexión sobre sus potencialidades.



tos utópicos, o de “espaço modelo”<sup>6</sup>, mas também persegue a constituição de uma “sociedade modelo”. Como o refere Françoise Choay na sua caracterização integrada das utopias em (...) *sept troits discriminatoires* (...) cumulativos: (...) *la société modele a pour support un espace modele qui en est partie integrante et nécessaire* (...). Os outros seis traços identificadores da utopia não são em caso algum concretizáveis, pelo que é através da constatação daquele inspirado pelos demais que, na prática, se pode verificar a condição de *cidade utópica*<sup>7</sup>.

Importa então fazer notar o quanto este “espaço modelo” teve, de facto, implícita uma sociedade programada. Vila Real de Santo António não foi pensada como uma cidade funcionalmente múltipla, complexa, densa, mas sim como uma base de pesca e fábrica de salga de pescado, simultaneamente em fronteira afirmação de soberania. Para isso necessitava das instituições civis e religiosas mínimas (câmara e igreja), das sedes das sociedades de pesca, dos espaços fabris (as salgas) e de armazenagem de produtos acabados, mas também de um destacamento militar e de uma alfândega.

Assim encontramos os programas funcionais dos edifícios de mais de um piso adstritos ao espaço

(praça) e fachada de aparato (Baixa-Mar), com excepção para as salgas e para os armazéns (dispostos ao longo da Rua da Princesa, a primeira paralela à Baixa-Mar) que, como os restantes edifícios — o casario habitacional — eram térreos. Tudo segundo uma arquitectura de programa e, bem mais importante, segundo um esquema fabril em linha de produção: pesca, cais, companhias, salga e armazéns. O que não iludiu a necessidade de investimento formal e simbólico numa praça, centrada num obelisco cuja densidade do mote iconológico é tão relevante quanto o seu papel como razão algébrico-geométrica de todo o desenho da cidade.

Era uma vila pensada para funcionários (civis, militares e religiosos) e artesãos da indústria pesqueira ou, se assim o quisermos, operários. Isso ficou plasmado, por exemplo, no número de pisos dos edifícios em que cada um desses grupos sociais vivia e trabalhava. Para ali se previu o mínimo, mas nada deveria faltar, sendo disso boa prova o cemitério, (...) *o primeiro cemitério moderno europeu* (...)<sup>8</sup>, também ele inserido na lógica geométrica do plano, implantado, contudo, bem fora dele, ancorando-o segundo o eixo urbano paralelo ao rio que passa pela igreja. Este inovador equipamento concretizou, de forma que ainda

2 Vila Real de Santo António, fotografia aérea com marcação do núcleo original no contexto territorial actual, in: Walter Rossa e Adelino Gonçalves (coord.), *Plano de Pormenor de Salvaguarda do Núcleo Pombalino*, 2005.

se nos afigura insólita, a série de requisitos sociais e higienistas que vinham sendo glosados e testados em textos teórico-científicos portugueses, estrangeirados e estrangeiros. Especulações, propostas e projectos que ainda não haviam saído do papel. É a prova cabal do desenho de uma nova sociedade através das suas novas (ou restauradas) cidades.

Aquela ordenação social é bem mais evidente se inserida no contexto nacional. Não é, contudo, este o local para desenvolver essa matéria. Talvez baste anotar o quanto a sociedade portuguesa havia mudado nessas duas décadas da governação pombalina, precisamente no sentido da sua hierarquização em função da prestação na vida económica e na sua modernização. Será essa uma das resultantes essenciais do “terramoto político”<sup>9</sup> ocorrido com a ascensão ao poder de Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782), futuro marquês de Pombal, na sequência do terramoto de 1 de Novembro de 1755. Terramoto(s) que assim se faz(em) reconhecer enquanto marco(s) do florescimento em poder da “razão das luzes”, o Iluminismo. (...) *Point n'est besoin de souligner combien la pénétration des Lumières dans le XVIIIe siècle a constitué l'un des plus puissants intruments de subversion finale de l'ordre établi* (...)<sup>10</sup>. É uma nova ordem social — até

uma nova civilização, como utopicamente o preterderam os enciclopedistas<sup>11</sup> — que encontra na ordem urbanística de várias realizações um instrumento e, talvez, a sua melhor e mais durável expressão.

Ordem urbanística levada ao clímax em Vila Real de Santo António pelo totalitário primado da geometria e pelo exercício, ainda hoje de rara prática, de se concretizar o ideal do urbanismo enquanto arquitectura à escala da cidade<sup>12</sup>. Toda essa racionalidade de desenho urbanístico e social tem origem no escopo político-reformista do consulado do marquês de Pombal, aqui com óbvia inserção na acção de “restauração” do Reino do Algarve, empreendida em 1773, e da qual Horta Correia tem desenvolvido a notícia<sup>13</sup>.

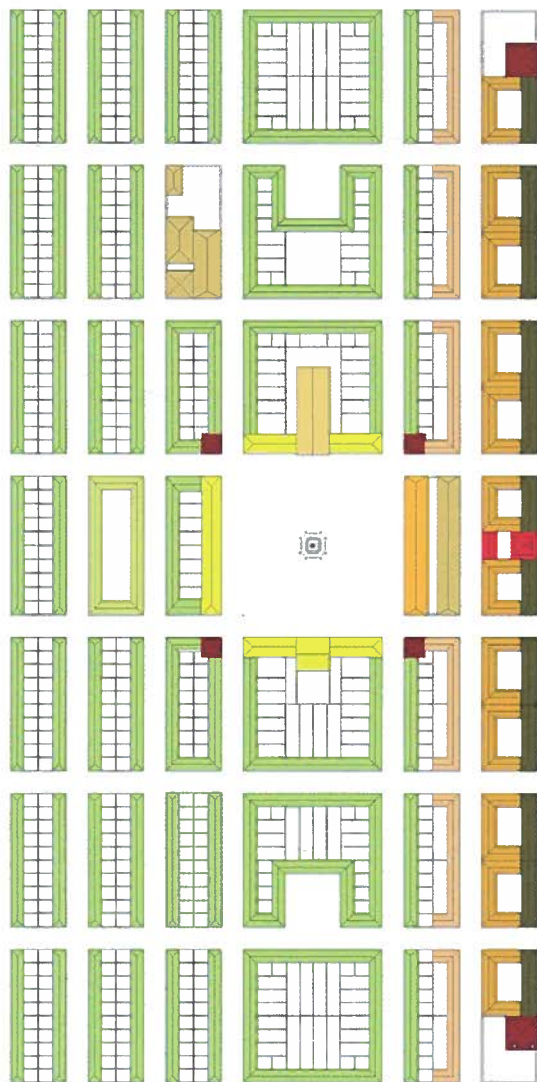
E é por essa via do primado geométrico do plano e da sua extensão até às últimas consequências — o “limite” na própria definição dos mais básicos elementos arquitectónicos — que Vila Real de Santo António acaba por também corresponder ao paradigma de *cidade ideal* desenvolvido desde a Antiguidade e consubstanciado em propostas e realizações no Renascimento, precisamente através da formalização em desenho de modelos, de ideais de cidade em plano. Em todos eles a *forma urbis* é considerada determinante para a própria vida e sociedade, mas em todas as realizações nunca, como no caso em apreço, se concretizou o todo edificado segundo um sistema que harmonizou e articulou o programa ideológico e funcional com a totalidade do seu desenho. Em plenitude atingiu-se ali a convergência entre a *cidade utópica* — irrealizável, lugar nenhum — e a *cidade ideal* — um ideal em que o contributo da ordem formal para o bem-estar geral é possível de ser concretizado<sup>14</sup>.

*Cidade ideal do Iluminismo* foi como de facto a classificou Horta Correia<sup>15</sup>, relevando também um aspecto fundamental para a sua compreensão: o pragmatismo. Pragmatismo de programa, concepção e execução. Tudo isso está plasmado na documentação do processo, dos ritmos de decisão e de execução ao racionalismo dedutivo das justificações, que não são meramente de teor e finalidade retóricos, mas de formalização dinâmica. A percepção do (...) *thème du pragmatisme, ou si l'on veut de l'incarnation des Lumières* (...)<sup>16</sup> é determinante para a compreensão por si, mas essencialmente enquanto fenómeno da matriz utópica iluminista, de Vila Real de Santo António. E nesse aspecto, como realização urbanística plena, é, a bem dizer, caso único, como também já o havia deduzido Horta Correia<sup>17</sup>.

No fundo, cidades utópicas são aquelas onde o ensaio de se proporcionar melhores condições de vida, maior eficácia, estabilidade e segurança sociais absolutas são os objectivos da fundação e do desenho. É a procura incessante da felicidade, da “felicidade dos povos”, que no ideário do Iluminismo competia às elites iluminadas, no limite ao déspota, que só assim poderia ver justificado o seu mandato e o seu poder. Como se sabe, e já acima o aflorei a propósito dos enciclopedistas, o Iluminismo é uma corrente de pensamento de matriz utópica. Por outro lado, a sua

3 | Vila Real de Santo António, planificação do programa funcional, in: Walter Rossa e Adelino Gonçalves (coord.), *Plano de Pormenor de Salvaguarda do Núcleo Pombalino*, 2005.

- alfândega
- sociedades
- torreões
- saígas
- armazéns
- mercado
- câmara
- casas de dois pisos
- igreja
- aquartelamento
- casa assento
- casas térreas





estética não teve necessariamente de obedecer a um estilo, o que adquire ainda maior pertinência em presença de realizações arquitectónicas de plena dimensão urbanística<sup>18</sup>.

(...) *Se cabe a esse movimento das ideias uma das grandes fatias de responsabilidade pela Revolução Francesa e pelo abalo civilizacional que ela representa, como dele não esperar o ensejo de estabelecimento de uma tábua rasa sobre a tradução estético-urbanística da sua ideologia? Não será que, na linha de Kaufmann e de Ryckwert (entre outros), só com as propostas do modernismo é que, de um ponto de vista estritamente urbanístico, se atingiram e até suplantaram os ideais estéticos do Iluminismo? (...)*<sup>19</sup>. Ou seja, a invocação da tradição da “escola portuguesa”, que logo no início referi, é pertinente no sentido do desenvolvimento de um *corpus* humano e teórico-prático — um *modus operandi* — não tanto de uma escola no sentido formalista/estilístico do termo. Era uma escola cujos posicionamento, reflexão e evolução teórica se consubstanciavam de forma pragmática nas instruções e

memórias de casos concretos — frequentemente em documentos emanados pelo poder — não tanto na especulação abstracta.

Uma escola que singrou no Iluminismo com uma formulação estética inovadora, difícil de detectar porque fundada numa tradição metodológica e porque diversa dos modelos formais seguidos em outras sedes do Iluminismo. Como Pardal Monteiro<sup>20</sup> pela primeira vez o fez notar para o caso da reconstrução de Lisboa após o terramoto de 1 de Novembro de 1755, mas muitos o têm vindo a detalhar, a arquitectura que floresceu dos escombros assumiu-se em rotura com a que, desde o início do império, em todo ele se fazia. Para Pardal Monteiro, aliás, essa arquitectura é moderna *avant la lettre*, o que se compagina na perfeição com os escritos de Kaufmann e de Ryckwert acima referidos.

Com a decisão da sua criação por carta régia de 30 de Setembro de 1773, o lançamento da primeira pedra em 27 de Março de 1774 e a sua inauguração a 13 de Maio de 1776 (dia do aniversário do marquês de Pombal), Vila Real de Santo António não poderia

4 | Vila Real de Santo António, Praça Marquês de Pombal, obelisco, 2009.



3  
de  
pla  
pro  
in:  
e A  
(co  
de  
Sal  
Po

5 Lisboa, Praça do Comércio, fotografia de autor desconhecido, [1940-1950].



ter deixado de integrar a experiência de Lisboa, então em plena execução. Fê-lo, aliás, com a plenitude que, apesar de tudo, os múltiplos níveis de preexistência não permitiram a Lisboa. Ou seja, até pela cronologia surge como corolário político-ideológico do processo que em Portugal instalou o Iluminismo no poder. Fronteira de Portugal e do império face à Espanha<sup>21</sup>, Vila Real de Santo António surgiu, também, como nova e inigualável fronteira estética e ideológica do Iluminismo, da utopia e, assim, da “razão”.

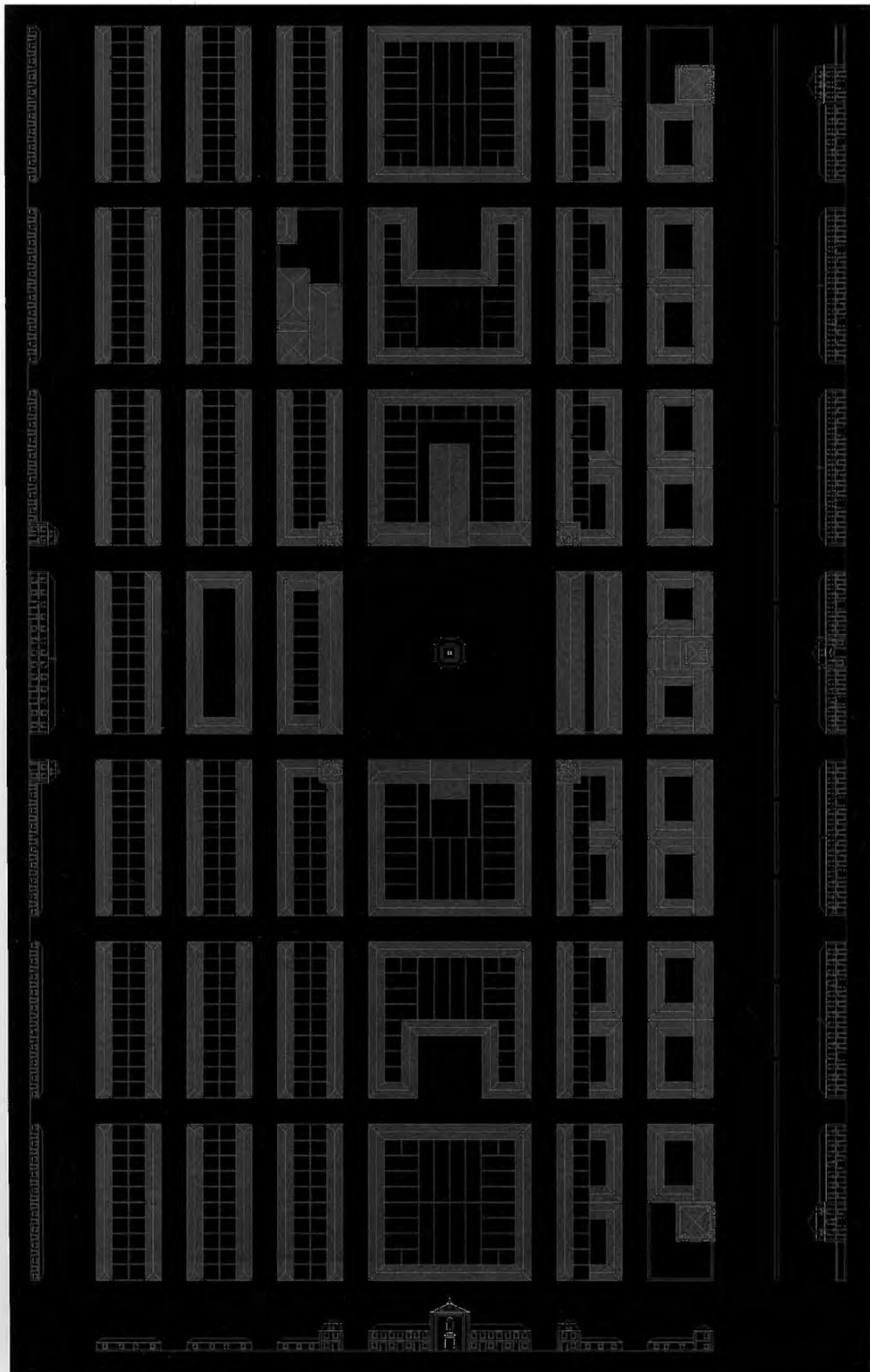
## 2. Mais longe

Em 1772 culminou a reforma dos estudos empreendida em 1759 com o arranque da ambiciosa acção de reforma da Universidade de Coimbra e de todo o seu espaço, em especial a Alta da cidade. O muito que se fez não foi suficiente para que se tenha tornado

possível ler no terreno o alcance urbanístico reformador do plano e dos projectos, mas a centelha iluminista é evidente. As obras concretizadas denotam a integração da gramática neoclássica, segundo uma monumentalidade que não podemos comparar com a arquitectura de programa corrente da renovação de Lisboa ou de Vila Real de Santo António, até porque os programas são de ordem completamente diversa, dirigidos à instalação da “razão” na universidade. O espaço que hoje designamos por Praça Marquês de Pombal é uma muito pálida imagem do que então foi projectado com vista à transformação do Pátio das Escolas na verdadeira praça da universidade.

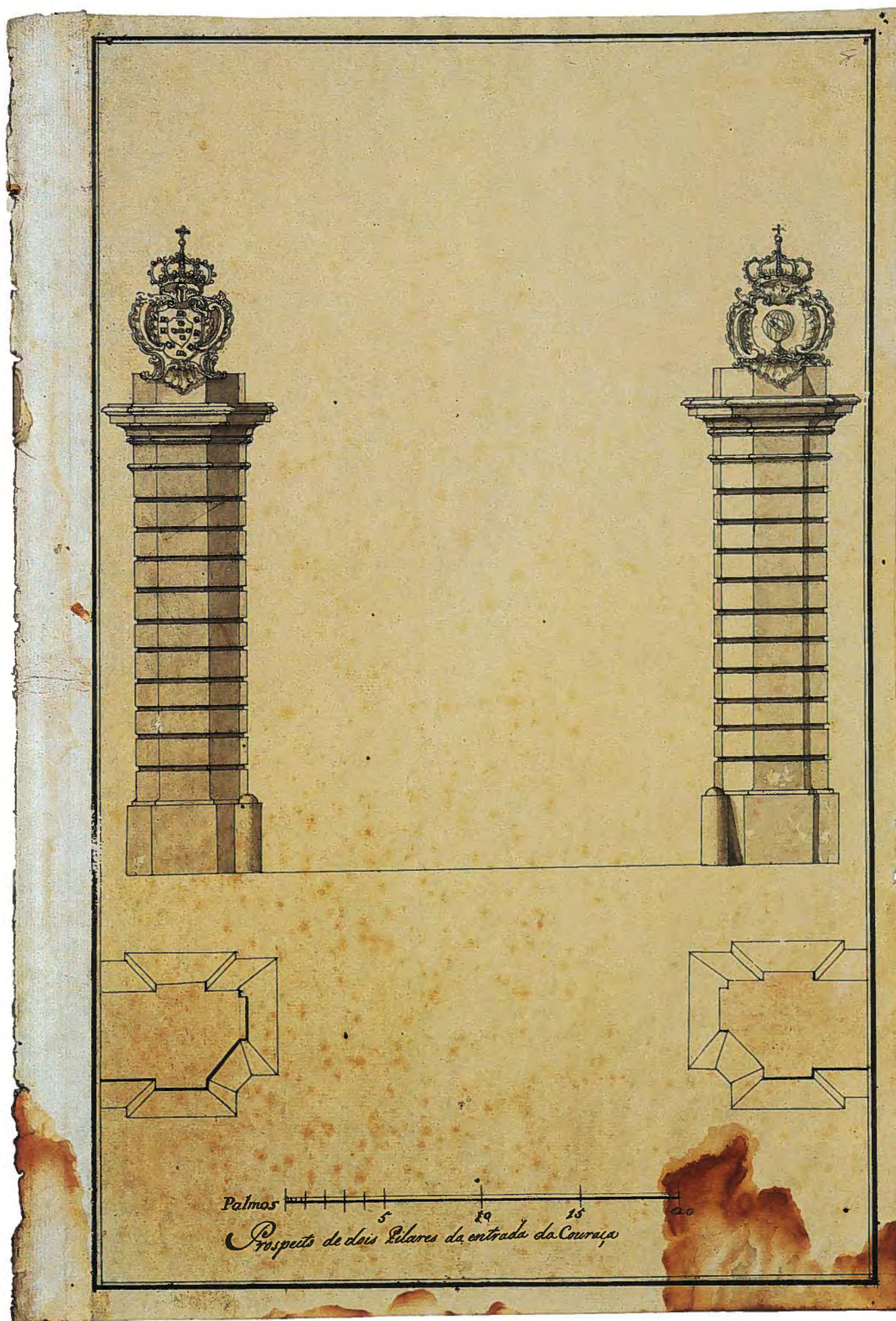
Ainda no território português, a acção empreendida no Porto a partir de 1756 — com rumo claro a partir da criação da Junta das Obras Públicas em 1762 — teve a intencionalidade reformista e pragmática que então se implementava em Lisboa, mas com resultados necessariamente diversos. Urbanisticamente mais

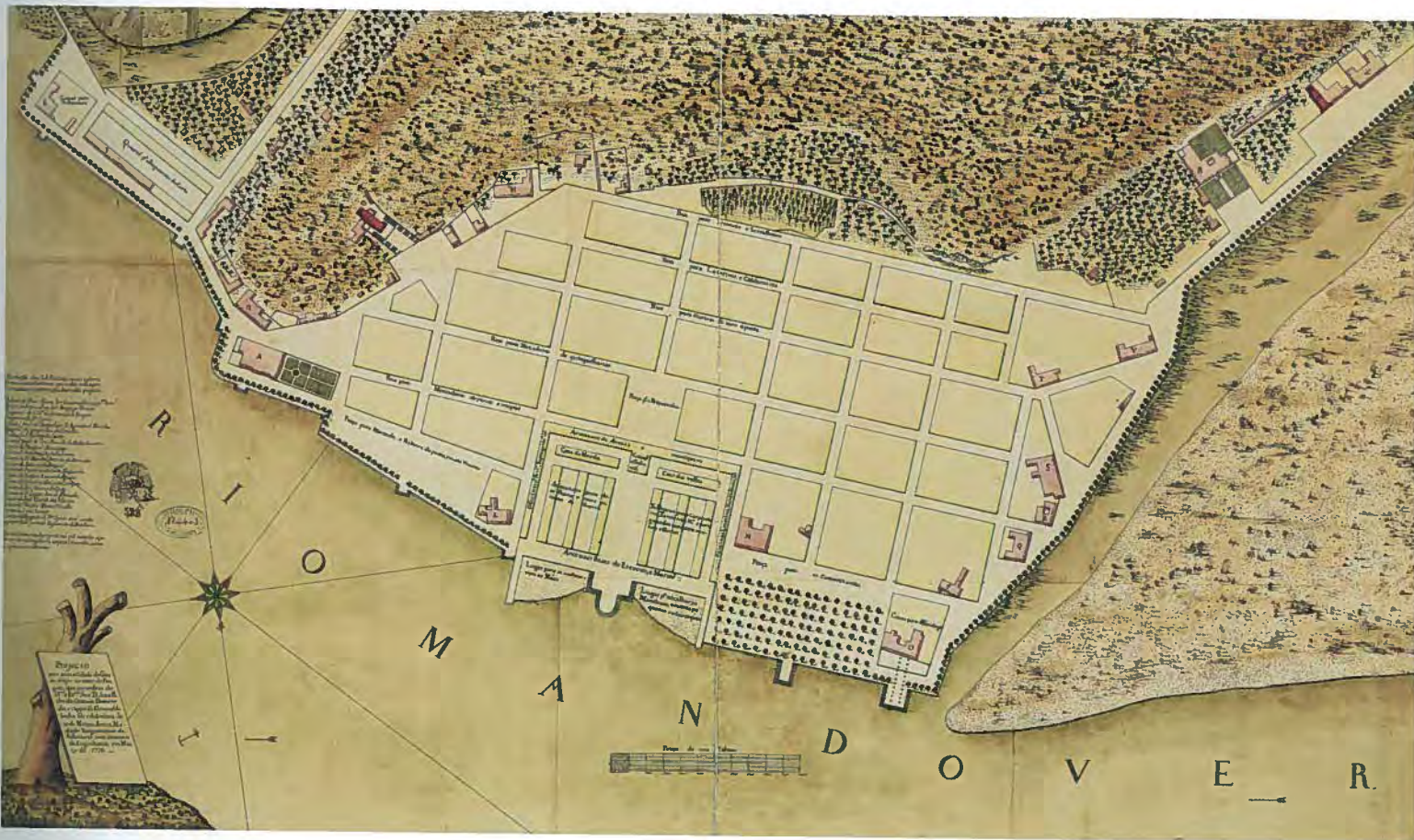




6 Vila Real de Santo António, reconstituição global da planimetria e alçados do projecto/plano original, in: Walter Rossa e Adelino Gonçalves (coord.), *Plano de Pormenor de Salvaguarda do Núcleo Pombalino*, 2005.

7 | Coimbra, alçado dos dois marcos que enquadram a entrada na renovada Couraça de Lisboa, de autoria desconhecida, 1772-1778, Museu Nacional de Machado de Castro, fotografado por José Pessoa, em 1993.





dos necessariamente diversos. Urbanisticamente mais virada para o ensanche linear e não de malha, no âmbito da expressão arquitectónica floresceu uma arquitectura de expressão própria — a dita “Arquitectura do Vinho do Porto” — onde se mesclaram requisitos de cor e luz locais, com as invariantes de sempre, o rococó do Norte e o neoclassicismo puro ou provindo do neopaladianismo veiculado pela preponderante comunidade inglesa.

Também pelo império, por entre os processos reformistas mais relevantes, encontramos importantes intenções de acção na ordem urbanística, porém nem todas de sucesso. Goa e Pangim foram os protagonistas de um diferendo entre os governos e técnicos da província e da metrópole, ocorrido entre 1774 e 1777, acerca da restauração ou deslocação da capitalidade do Estado da Índia Portuguesa. Uma referência ainda para o Rio de Janeiro e Luanda, que década e meia antes iniciaram processos de adaptação aos seus novos estatutos administrativos. É uma matéria vasta, cuja abordagem não tem aqui espaço<sup>22</sup>.

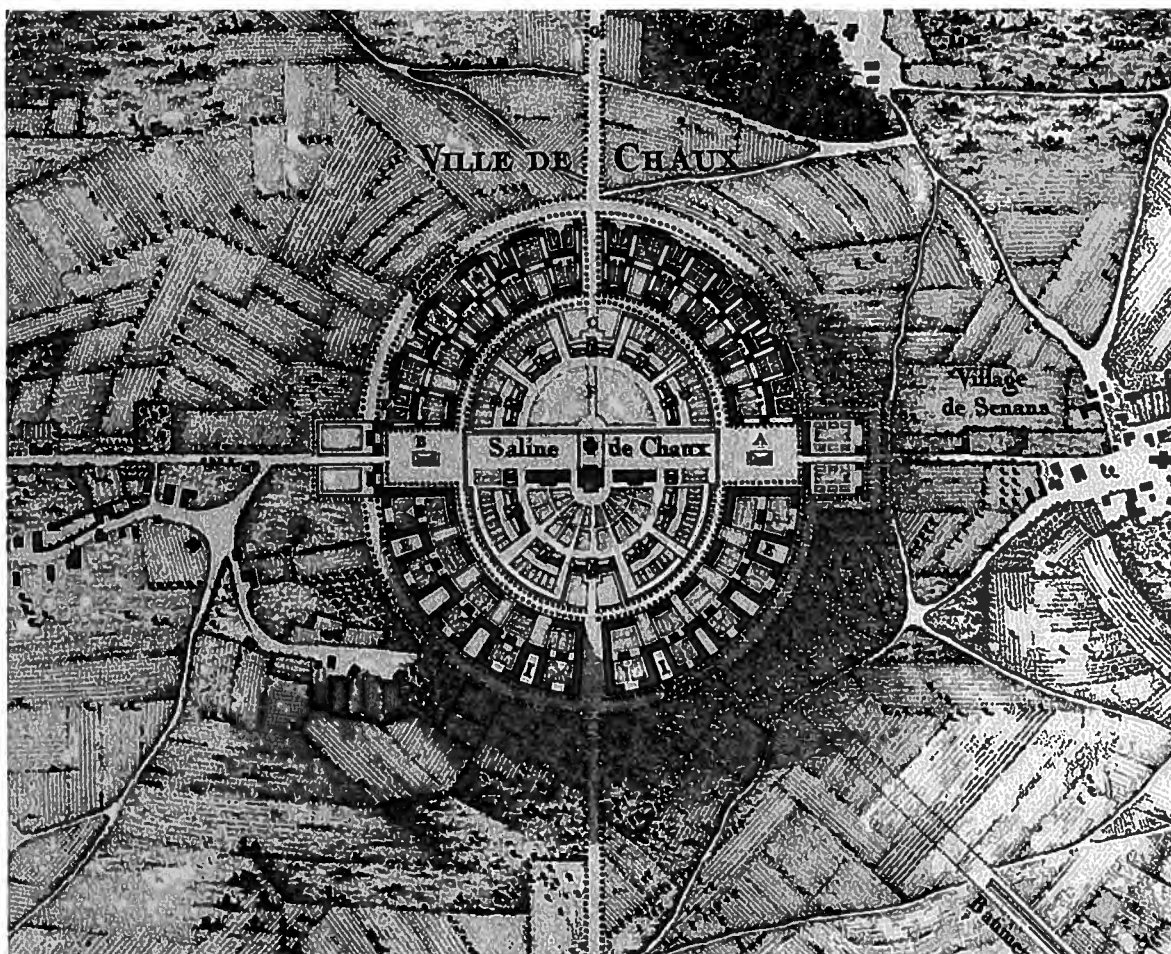
Importa, contudo, realçar como todos esses casos são de reforma, nenhum de *cidade nova*, requisito essencial para o estabelecimento de paralelos com Vila Real de Santo António e os traços de utopia que contém. Com excepção para dois casos em território português de que darei conta adiante, a actividade urbanizadora *ex-nihilo* ou mesmo *ex-novo* no universo português ocorria então em grande escala no território brasileiro. Para aqui a anotar socorro-me de um texto de síntese de Renata de Araujo, elaborado com esse

objectivo; através dele apercebemo-nos da quantidade de ocorrências, em especial nas faixas da fronteira, cuja delimitação entretanto se disputava com a coroa espanhola. Mas apercebemo-nos também que (...) *nada da coerência, perfeição de desenho e controle da obra que se encontra no projecto de Vila Real de Santo António é comparável com qualquer dos exemplos que vimos para o Brasil* (...). Isso, no essencial, por causa da *adaptabilidade* necessária para (...) *que estas cidades crescessem fazendo do seu projecto, por princípio e por método, uma obra aberta* (...) <sup>23</sup>.

Como já acima referi, fora do contexto português também não é possível encontrar plenamente concretizado um caso com o qual se possa estabelecer um paralelo com Vila Real de Santo António. Contudo, dando maior atenção às datas, verificamos como muitas das acções urbanísticas acima directa ou indirectamente referidas ocorrem em torno do processo de fundação de Vila Real de Santo António: 1773-1776. E isso faz lembrar uma coisa: é também essa a cronologia da fundação da célebre Saline Royale d'Arc-et-Senans e da cidade que a deveria acolher: Chauv (França), inscrita na Lista do Património da Humanidade desde 1982<sup>24</sup>. Em 29 de Abril de 1773 foi promulgado o édito que ordenou a sua construção. O primeiro projecto que Claude Nicolas Ledoux (1736-1806) elaborou para o efeito data do ano seguinte, mas foi abandonado. Foi a partir de uma segunda versão, já de finais de 1774, que se iniciou a construção dessa outra *cidade-fábrica*, aqui assumidamente uma cidade em torno da fábrica com a casa do director e um vasto

8 Projecto para a nova Cidade de Goa se erigir no sítio de Pangim, que por ordem do Ill.mo e Ex.mo Sr. D. José Pedro da Camara Governador, e Capitão General da Índia fez e desenhou... Sargento mor de Infantaria com exercicio de Engenheiro, em Março de 1776, José de Moraes Antas Machado.

9 Carte des Environs de la Saline de Chaux, bâtie entre les Villages Darc et Senans à la proximité de la Forest de Chaux et de la Riviere de Louë, in: Claude Nicolas Ledoux, *L'architecture considérée sous le rapport de l'art, des mœurs et de la législation*, 1804, vol. 1, pl. 14. Apenas foi concretizado o sector semicircular interior da metade inferior.



indispensável ao seu funcionamento. Nenhum autor resistiu à sugestão que a planimetria do conjunto concretizado nos dá de um teatro clássico, programa-forma arquitectónico que Ledoux conhecia bem<sup>25</sup>.

Além da fábrica e de alguns alojamentos (não casas) para os trabalhadores compondo uma das duas semi-elipses do projecto, concluídos em 1779 com o dobro do custo do orçamento inicial, nada mais se fez, sendo assim posta em causa a consubstanciação em urbano dessa outra magnífica *cidade-fábrica* do Iluminismo. Na sua fortuna crítica, a extraordinária valia arquitectónica do que se concretizou acabou por ofuscar a relevância do programa e do projecto urbanístico, no qual efectivamente reside o carácter idealista e eventualmente utópico do caso. Sabe-se, contudo, que entre o fim da obra e a publicação, em 1804, do tratado de arquitectura no qual Ledoux legou o projecto, este reviu sucessivamente os desenhos e a sua descrição, ampliando o seu conceito e tentando iludir a sua forte marca absolutista, pelo que não se sabe bem até que ponto as componentes utópica e urbana fariam parte das intenções iniciais<sup>26</sup>.

Apesar de incentivada pelo próprio arquitecto<sup>27</sup>, administrativamente a iniciativa de Chaux pertenceu à Ferme Générale, um odiado potentado financeiro e fiscal do Estado francês do Antigo Regime, que coordenava e concessionava, não apenas a recolha de impostos, mas também a exploração de recursos naturais do país. A fundação e construção da Saline

Royale d'Arc-et-Senans entre a floresta de Chaux e o rio Louë, teve em vista a instalação de uma unidade de evaporação de águas salobras trazidas ao longo de 24 quilómetros por um aqueduto em madeira, no seio de um território com consideráveis recursos de lenha. Localizada muito longe do mar numa época em que o sal era monopólio real e ainda um bem essencial, a sua obtenção era, não apenas uma necessidade, como um bom investimento, tendo, aliás, em vista a exportação para a Suíça.

Ainda que tal se insinue, não é pelo sal que se podem estabelecer paralelos com Vila Real de Santo António. Menos pela arquitectura ou desenho urbano, de facto mais rico no caso francês, mas muito menos urbano, pragmático e, assim, consequente. É essencialmente pela atitude, pelo posicionamento político e técnico face ao desafio da exploração de recursos naturais para o bem comum e o desenvolvimento da economia. Também pelo rigor e idealismo colocados na formalização do projecto e no seu desenvolvimento. E, assim, voltamos ao racionalismo iluminista, que num caso e noutro acabaram por ser os possíveis<sup>28</sup>. Ao invés de Chaux, Vila Real de Santo António, (apenas) arquitectonicamente menos ambiciosa, pôde ser realidade. Agora fica por estabelecer se a quase rigorosa sincronia resulta dos "ares do tempo" ou de algo mais concreto como uma unívoca, ou biunívoca, circulação de conhecimentos e informações. Só assim será possível desenvolver esta constatação<sup>29</sup>.



10 Manique do Intendente de acesso à vila com o palácio em remate, foto de Walter Ros 2009.

11 Manique do Intendente, palácio-igreja,

### 3. Por perto

Um pouco por toda a Europa, em cronologias próximas e afastadas da do processo de criação de Vila Real de Santo António, decorreram processos de fundação de *ciudades novas*, algumas delas de iniciativa privada, todas ainda sob o signo do ordenamento e/ou colonização interna dos diversos territórios. A sua grande maioria esteve directamente ligada ao aproveitamento de recursos agrícolas, sendo também considerável o conjunto de novas cidades navais ou destinadas à instalação de manufacturas. Os discursos de fundação são, para os primeiros casos e inevitavelmente, de teor fisiocrático. Por razões conhecidas, o território português não sofreu esse processo, sendo aliás comparativamente escasso o número de núcleos urbanos criados em Portugal depois da Idade Média. Mas, curiosamente, pouco depois da fundação de Vila Real de Santo António surgiram duas experiências muito diversas, ambas de iniciativa privada e ambas frustradas: Manique do Intendente e Porto Covo<sup>30</sup>.

Manique do Intendente resulta da iniciativa do magistrado Diogo Inácio de Pina Manique (1733-1805) — conhecido por, entre outros cargos, ter sido intendente-geral da Polícia durante o reinado de D. Maria I (r. 1777-1799) — de fazer brotar um núcleo urbano no seu domínio rural do Alcoentrinho, hoje no concelho da Azambuja. O alvará de vila e sede de concelho foi obtido em 11 de Julho de 1791, sendo de então a sua designação actual. Administrativamente estabelecia-se, pois, uma *cidade nova*, ainda que sobre uma aldeia preexistente que, no concreto, ali permaneceu e se desenvolveu, coexistindo e integrando-se. As obras terão sido iniciadas





12 Manique do Intendente, Praça dos Imperadores, 2009.

de imediato e decorreram com especial intensidade até ao final do século. O processo político e a morte do promotor inviabilizaram definitivamente a sua prossecução.

O propósito insere-se com muita clareza nas preocupações ideológicas e cívicas de Pina Manique, conhecido, entre outras, pelas suas acções como fisio-crata, filantropo, mecenas, gestor de infra-estruturas urbanas e higienista militante, tanto como pelo seu autoritarismo. Conhecem-se bem as suas acções em prol do ordenamento populacional do país, promovendo diversas acções de (re)colonização interna. No caso da sua Manique do Intendente fez preceder a iniciativa de urbanização de uma distribuição de foros do território em redor. Assim se pode vislumbrar a contextualização da “razão” para Manique do Intendente e como esta poderia ter sido um produto do Iluminismo<sup>31</sup>.

Mas de facto não o é porque foi concretizado muito pouco do que terá sido o plano original, que não é conhecido. Contamos apenas com três elementos: o eixo de acesso directamente orientado para Lisboa, uma praça e parte do alçado principal do que teria sido um conjunto palácio-igreja. Este remataria, a norte, o eixo de acesso e o seu efeito perspéctico é acentuado pelo facto de aquela via vencer com sua-

ves declives simétricos o leito do ribeiro do Judeu, que delimitaria a cidade por sul. A gramática arquitectónica, tal como a da Casa da Câmara implantada na praça, é típica da transição da arquitectura portuguesa entre o barroco (nos detalhes) e o neoclássico (no partido geral). É, aliás, extraordinariamente significativo dos pontos de vista ideológico, estético e iconológico o obelisco que encima o frontão semicircular ao centro da composição do alçado do palácio-igreja.

Algo a nascente do eixo encontra-se a Praça dos Imperadores. É um espaço hexagonal no qual se inscreve uma circunferência com 300 palmos (66 metros) de diâmetro. A designação advém do facto de dali saírem seis ruas — que não têm mais desenvolvimento que a profundidade dos edifícios da praça — com os nomes de imperadores romanos. Ao centro ergue-se o pelourinho. A Casa da Câmara atinge uma monumentalidade que nos demais edifícios, todos de dois pisos, foi racionalizada ao extremo de molduras simples para vãos generosos e beirado simples, muito na linha compositiva e proporcional, mas decorativamente ainda mais austera, da arquitectura dita pombalina.

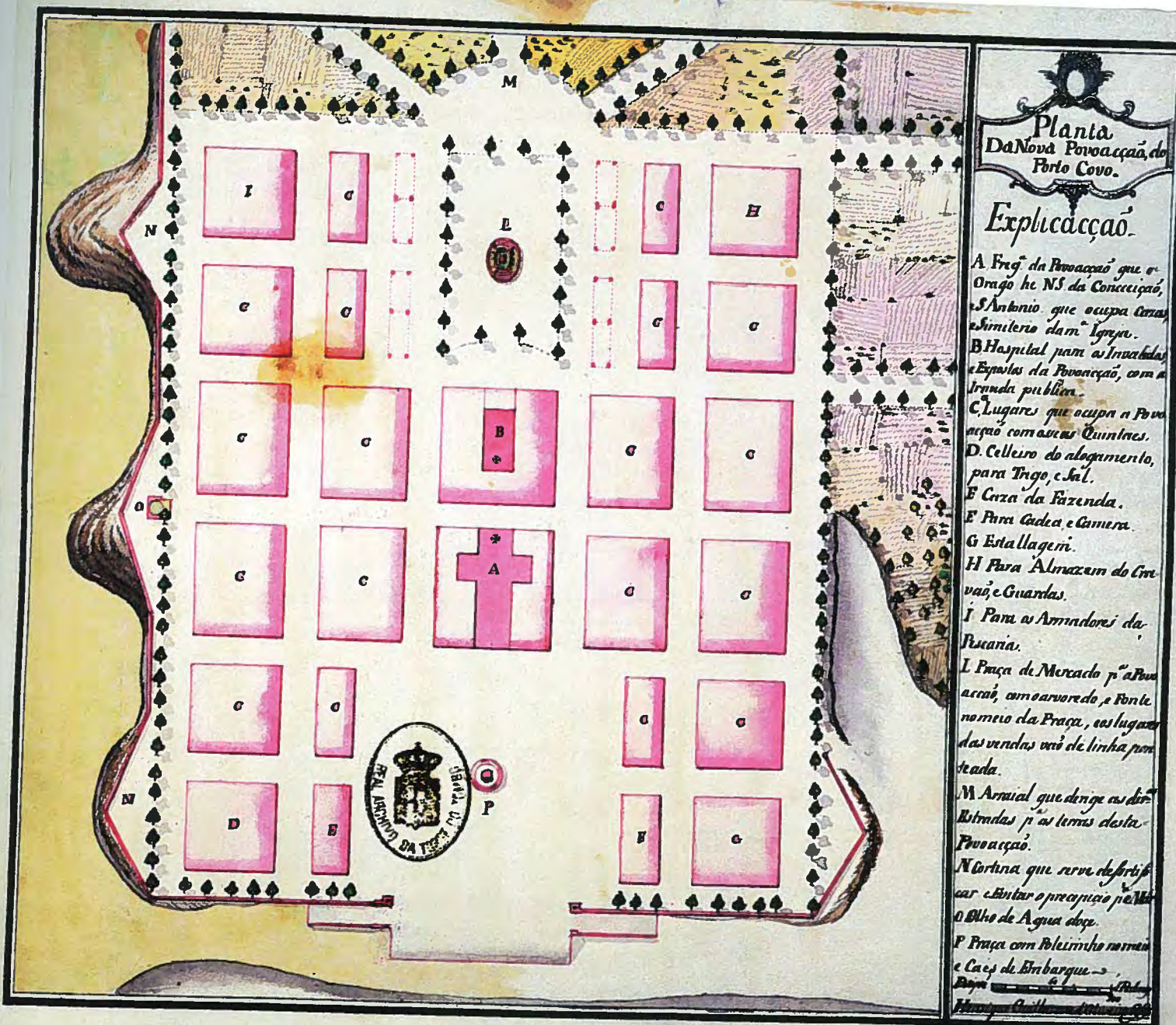
O que encontramos em Manique do Intendente é pouco para lhe podermos adivinhar o plano. Mas tal-

vez suficiente para, conjugado com o contexto da sua criação, a podermos filiar na “escola portuguesa” e na rede de colónias rurais fundadas um pouco por toda a Europa no Iluminismo. As povoações fundadas por Carlos III (r. 1759-1788) na Sierra Morena e Andaluzia são, obviamente, os casos que ocorrem de forma mais imediata<sup>32</sup>.

Porto Covo é outro caso com tanto de interessante como de irrealizado. Foi Jacinto Fernandes Bandeira — um dos comerciantes em meteórica ascensão a partir da reconstrução de Lisboa, barão de Porto Covo em 1805 — quem fundou esta vila portuária, não apenas para pescadores, mas também para o escoamento de produtos do interior alentejano, designadamente minérios. Tal facto ocorreu entre os anos de 1789 e 1794<sup>33</sup>.

O plano, que comentarei de imediato, não foi seguido, talvez por ser excessivamente idealista e ambicioso, decerto que não pelo facto de o desenho não se adaptar bem à realidade do terreno. A verdade é que também aqui existiam preexistências, ainda que escassas e frágeis. Sem contarmos com dados que expliquem a opção (um plano alternativo, por exemplo), a vila surgiu algo mais para o interior, com alguma regra, a partir de uma praça situada no seu extremo nascente. Nela a constatação mais relevante é o facto de corresponder a uma miniaturização da praça de Vila Real de Santo António, sendo a qualidade arquitectónica geral e de detalhe muito inferior, com uma clara expressão vernácula. Tal como o seu modelo formal, é a Praça Marquês de Pombal.

13 Planta Da Nova Povoação de Porto Covo, Henriques Guilherme de 1789-1794, C. ANTT, Ministério do Reino, Coleção de Plantas, Mapas e outros Documentos Iconográficos, doc. 44, fotografado por José António Antão em 2009.





14 | Porto Covo, Praça Marquês de Pombal, pormenor, fotografia de Walter Rossa, 2009.

Ao invés, o plano exprime um considerável grau de erudição, mas não contém quaisquer dados que nos permitam ter uma ideia acerca da arquitectura programada. Seguindo o eixo principal de norte para sul, paralelos ao mar, encontraríamos num “U” aberto ao território, após o ponto de convergência das estradas de acesso, o terreiro do mercado, arborizado, equipado e centrado numa fonte, tendo no meio do alçado da base um *Hospital para os Invalidos e expostos* dotado de ermida pública. Nas suas costas e estruturando a praça aberta ao ribeiro — uma praça da ribeira em versão miniaturizada da Praça do Comércio de Lisboa

— ficaria a igreja que partilharia esse espaço com a Casa da Câmara e Cadeia, a Fazenda (alfândega) e o pelourinho. Na frente fluvial, uma réplica do Cais das Colunas lisboeta remataria o eixo estruturante, em torno do qual se desenvolveria uma malha ortogonal funcionalmente ordenada por quarteirões destinados a habitações, à estalagem e aos armazéns das armazéns de pesca, do sal, do carvão, do trigo, etc.

São evidentes e ricas as citações programáticas e urbanísticas feitas neste desenho: (...) *um rossio na franja rural/urbano dotado do acolhimento e conforto necessários aos forasteiros; o relativamente elevado*

15 | Praça Marquês de Pombal, 2009.





*nível dos equipamentos; uma praça onde se integram os poderes tradicionais e o da nova ordem económica; a linearidade como mote; o quadrado como elemento-base de uma rigorosa composição geométrica; o cais lisboeta; o zonamento funcional; a referência aos Invalides parisienses; a utopia; enfim, a forte carga de significados culturais e a desconcertante simplicidade e pragmatismo de uma cidade portuguesa (...)*<sup>34</sup>. Além do mais teria sido uma bela cidade do Iluminismo. A sua praça, contudo, pela evocação da intenção da fundação e mimetismo com a de Vila Real de Santo António, faz com que virtualmente não deixe de o ser.

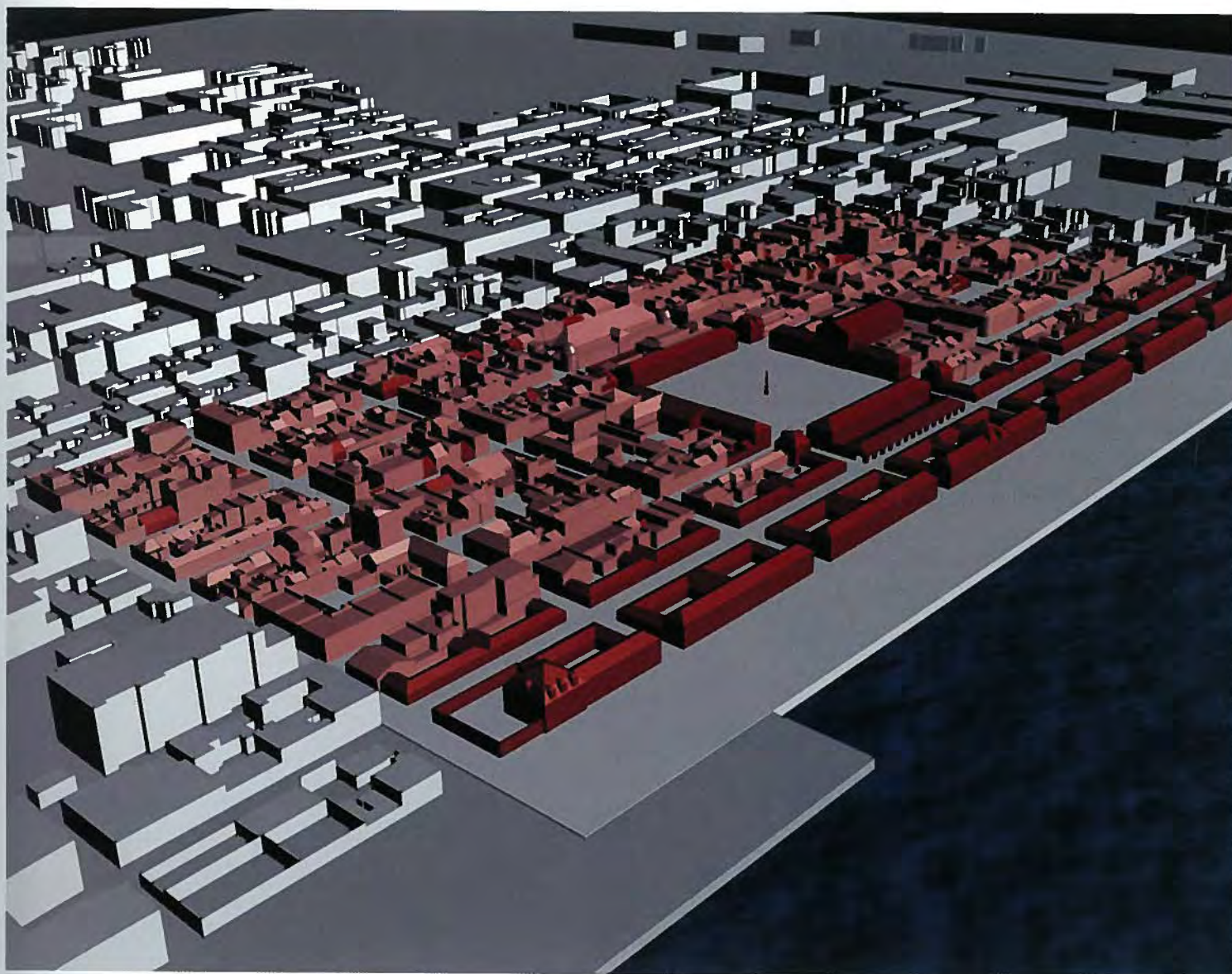
#### 4. Haverá razão?

É inequívoca a sustentação do facto de o núcleo pombalino de Vila Real de Santo António corresponder a algo único, específico e do mais elevado valor cultural. Porém, o seu reconhecimento tem sido tão árduo quanto a sua descaracterização que, aliás, é sincrónica e durante anos foi oficialmente sancionada. O processo de classificação como património cultural

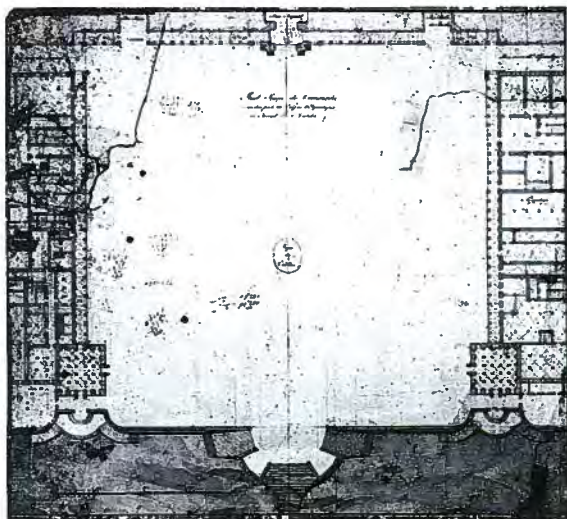
pelo Estado conta mais de três décadas e a entrada em eficácia do plano de salvaguarda foi extraordinariamente morosa. Espera-se que a montagem do sistema de gestão e dos instrumentos ali preconizados não sigam esses exemplos. Apesar de tudo o essencial resiste e a consciência colectiva estará a mudar, percebendo que, para além de um compromisso entre o passado e o futuro, o património urbanístico é um activo económico inestimável. Este número monográfico da *Monumentos* poderá ser um contributo importante para essa mudança e reconhecimento.

Há alguns anos atrás, no auge da descaracterização, a cidade passou a integrar a Associação Internacional de Cidades e Entidades do Fórum do Iluminismo, o que lhe proporcionou algum reconhecimento internacional, essencialmente no universo hispânico<sup>35</sup>. Porém, hoje em dia a constituição de redes de cidades tem objectivos materialmente mais activos, profícuos e de coesão. Aliás essa orientação foi constituída em política pela Comunidade Europeia e pelo Estado Português no âmbito do Quadro de Referência Estratégica Nacional e, especificamente, na Política de Cidades Polis XXI. Nesse âmbito, o município de

16 Vila Real de Santo António: a malha pombalina e os edifícios puramente pomalinos. Perspectiva tridimensional do conjunto, Walter Ross: Gonçalves (C. Plano de Salvaguarda do Núcleo P 2005).



17 Lisboa, Real Praça do Comércio e mostra parte do edifício da Alfândega e do Arsenal de Marinha, Eugénio dos Santos, c. 1759.



Vila Real de Santo António iniciou um processo de associação com outros municípios com vista à apresentação de uma candidatura ao financiamento de acções de promoção. Por razões de ordem formal a iniciativa não teve seguimento. Contudo, mais do que a designação — *ciudades da razão* — ficou a ideia, ou melhor, a razão<sup>36</sup>.

Mais do que uma designação, *ciudades da razão* (*Cities of Reason, Ciudades de la Razón, Citées de la Raison*, etc.) pode ser uma marca. Obviamente, a Lisboa da reconstrução pombalina — cujo processo de candidatura a Património da Humanidade tem vindo a ganhar novo fôlego com a afirmação dos desígnios de reabilitação — não está nos “arredores” de Vila Real de Santo António. Ambas são os pólos galvanizadores de um território cultural que será esmagadoramente vasto e economicamente promissor se, para o efeito, constituídas em rede. Um caso não fica completo sem o outro. E, claro, só têm a ganhar se agregarem outros de menor expressão, mas de igual significado. Todas têm em comum a razão ideológica da sua criação e, em concreto, a singularidade das suas praças. Não só porque da Manique do Intendente e de Porto Covo iluministas pouco mais nos chegou, mas essencialmente porque as praças são, por excelência, os pólos urbanos de representatividade ideológica, social e do poder. A *razão* histórica e actual destas cidades do Iluminismo não estará nas suas praças, mas a sua melhor imagem decerto que sim.

#### Walter Rossa

Arquitecto, docente do Departamento de Arquitectura e investigador no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra  
Imagens: 1, 4, 5, 12 e 15: Sistema de Informação para o Património Arquitectónico/IHRU; 2, 3, 6 e 16: Centro de Estudos de Arquitectura/Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra; 7: Divisão de Documentação Fotográfica/Instituto de Museus e da Conservação; 8: Gabinete de Estudos de Arqueologia Militar/Direcção-Geral de Infra-Estruturas do Exército; 10 e 14: Autor; 13: Direcção-Geral de Arquivos/Arquivo Nacional da Torre do Tombo; 17: Academia Nacional de Belas-Artes; 18: Câmara Municipal de Vila Real de Santo António.



18 Vila Real de Santo António, Praça Marquês de Pombal, vista aérea na actualidade.

#### NOTAS

O título deste texto merece uma explicação: a primeira parte tê-la-á no final do texto; a segunda parte é uma referência directa a um pequeno, mas magnífico livro sobre uma temática subjacente a este texto — *cidade ideal e utopia* — ainda que num outro contexto cronológico: Robert TREVISOL — *Sforzinda e dintorni*. Firenze: Alinea Editrice, 2002.

- Esta constatação — Vila Real de Santo António como “caso limite” — surge colocada de forma sustentada por José Eduardo Horta CORREIA em 1989 (em “Pragmatismo e utopismo na criação urbanística de raiz portuguesa no século XVIII”. *Revista da Faculdade de Ciências Sociais Humanas*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1995, vol. 8, p. 112) e glosada como “forma limite” no próprio título da obra de João Manuel HORTA (*Vila Real de Santo António, Forma Limite no Urbanismo Histórico Português*. Faro: s.n., 2006, dissertação de doutoramento em História apresentada à Universidade do Algarve, texto policopiado). Este trabalho, com o de José Eduardo Horta CORREIA de 1984 (*Vila Real de Santo António: Urbanismo e Poder na Política Pombalina*. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 1998), constituem a referência simultaneamente básica e exaustiva para qualquer estudo e reflexão sobre esta realização urbanística, pelo que daqui em diante me eximo de os mencionar, a não ser em casos de referência directa.
- Reticoricamente, Vila Real de Santo António foi a restauração da vila de Santo António de Arenilha, núcleo urbano desaparecido nos inícios de Seiscentos, mas cujo termo e concelho se mantiveram. A “refundação” pombalina recuperou não apenas o local e a desaparecida capitalidade do território concelhio, mas também o topónimo, constando de alguns dos documentos do início do processo a designação Vila Real de Santo António de Arenilha. No entanto nada do núcleo urbano primitivo existia à data, o que não impede que se deva classificar a acção urbanizadora como *ex-novo* em vez de *ex-nihilo*. Porém, do ponto de vista do urbanismo, trata-se de uma *cidade nova*, sem qualquer preexistência edificada que a tenha condicionado. O condicionalismo é apenas de cariz retórico e ideológico.
- Como contextualização de Vila Real de Santo António no conjunto das *ciudades novas* europeias, ver Donatella CALABI — “La longue histoire de la regularité des villes nouvelles”. In Walter ROSSA (coord.); Adelino GONÇALVES (coord.) — *ECDJ*. Coimbra: Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, 2005, n.º 9, pp. 36-40.
- Da *utopia à cidade utópica* vai a distância da concretização de algo que, em tese e etimologicamente, é lugar nenhum. É uma contradição, ou melhor, um paradoxo estabilizado e aceite nos estudos da minha área disciplinar, os quais são inúmeros. Em Hanno-Walter KRUFT — *Le città utopiche. La città ideale dal XV al XVIII secolo fra utopia e realtà*. Bari: Laterza, 1990 encontramos um bom desenvolvimento do tema, sendo para mim claro como por entre os oito casos analisados (Pienza, Sabbioneta, La Valletta, Freudenstadt, Richelieu, San Leucio, Chaux e Hancock) poderia estar, com mais propriedade que algumas das outras, Vila Real de Santo António.
- É certo que com uma muitíssimo maior expressão para as conservas industriais do que com a salga artesanal do plano original.
- Na essência são estes os objectivos centrais do *Plano de Pormenor de Salvaguarda no Núcleo Pombalino* que, sob coordenação minha e de Adelino Gonçalves, foi elaborado por uma equipa da Universidade de Coimbra entre Setembro de 2003 e Março de 2005, tendo sido publicado e, assim, entrado em plena eficácia, pelo Aviso n.º 29326/2008, de 11 de Dezembro. Para uma visão mais detalhada ver o número monográfico da revista *ECDJ* dedicado ao mesmo — Walter ROSSA (coord.); Adelino GONÇALVES (coord.) — *ECDJ*, n.º 9 — e, claro, o contributo de Adelino Gonçalves na presente edição (pp. 40-53).

- <sup>6</sup> A propósito de Vila Real de Santo António enquanto modelo ver Paulo Ormindio de Azevedo — "Preservação e desenvolvimento. Entendimento, sensibilização e divulgação das intervenções no centro histórico." In Walter ROSSA (coord.); Adelino GONÇALVES (coord.) — *ECDJ*, n.º 9, p. 64.
- <sup>7</sup> Françoise CHOAY — *La règle et le modèle. Sur la théorie de l'architecture et de l'urbanisme*. Paris: Éditions du Seuil, 1980, p. 46.
- <sup>8</sup> Esta questão, já abordada por Horta CORREIA (*Vila Real de Santo António...*, pp. 107-108 e pp. 556-558), surge detalhadamente estudada e contextualizada em Maria Manuel Lobo Pinto OLIVEIRA — *In Memoriam, na Cidade*. Guimarães: s.n., 2007, pp. 199-204, dissertação de doutoramento apresentada à Universidade do Minho. Ver também, obviamente, o seu artigo nesta revista (pp. 80-87).
- <sup>9</sup> Este é o sugestivo título de uma estimulante obra de José Manuel SUBTIL — *O Terramoto Político (1755-1759): Memória e Poder*. Lisboa: Universidade Autónoma, 2007. A verdade é que em sequência ao de 1755, o terramoto foi essencialmente social, processo perspicazmente epigrafado no título de um texto de 1982 de José Augusto FRANÇA — "Burguesia pombalina, nobreza mariana, fidalguia liberal". *Pombal Revisitado*. Lisboa: Editorial Estampa, 1984, pp. 19-33, actas do colóquio. Essa transformação social foi, aliás, o mote do trabalho seminal de José Augusto FRANÇA de 1962 (*Lisboa Pombalina e o Iluminismo*. Lisboa: Bertrand, 1987), que a isso foi explicitamente instigado pelo seu orientador, Pierre FRANCASTEL. A este propósito ver Walter ROSSA — "No 1.º plano". In Ana Tostões (coord.); Walter ROSSA (coord.) — *Lisboa 1758: o Plano da Baixa Hoje*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 2008, pp. 32-33.
- <sup>10</sup> Pierre FRANCASTEL (coord.) — "Paris et la création urbaine en Europe au XVIIIe siècle". *L'Urbanisme de Paris et L'Europe 1600-1680*. Paris: Klincksieck, 1969, p. 9.
- <sup>11</sup> Referindo-se ao "Discours préliminaire" de d'Alembert na *Grande Encyclopédie*, Pierre Francastel releva o seguinte: (...) *Constatons, en premier lieu, que, dans ce Discours même, l'auteur utilise plusieurs fois le terme de Lumières en l'appliquant à une forme déterminée, et neuve, de civilisation. (...) La civilisation éclairée —, la civilisation de Lumières, — doit se dégager par un progrès conscient de la civilisation occidentale qui est celle de la Renaissance et à laquelle on doit déjà de nombreux éléments de connaissance objective de la réalité (...).* Pierre FRANCASTEL — "L'Esthétique des Lumières." In Pierre Francastel (coord.) — *Utopie et institutions au XVIIIe siècle, le pragmatisme des Lumières*. Paris: Mouton & Co., 1963, p. 336.
- <sup>12</sup> Sobre esta matéria é fundamental o já acima referido trabalho de João Manuel Horta.
- <sup>13</sup> Para além do já referido trabalho de 1984, veja-se ainda o seu texto José Eduardo Horta CORREIA — "O pombalismo e a restauração do Reino do Algarve". In A. C. ARAÚJO (org.); J. L. CARDOSO (org.); N. G. MONTEIRO (org.); J. V. SERRÃO (org.); W. ROSSA (org.) — *O Terramoto de 1755: Impactos Históricos*. Lisboa: Livros Horizonte, 2007, pp. 269-274.
- <sup>14</sup> (...) *Desde el punto de vista de nuestro estudio, una ciudad ideal representa una visión religiosa o una concepción secular en la que a la conciencia social de las necesidades de la población se suma una concepción armoniosa de la unidad artística (...); (...) Es la regularidad del diseño combinada con la preocupación por mejorar la sociedad lo que caracteriza y realza la planificación ideal (...).* Helen ROSENAU — *La ciudad ideal*. Madrid: Alianza Forma, 1986, pp. 16 e 18.
- <sup>15</sup> José Eduardo Horta CORREIA — *Vila Real de Santo António...*, pp. 221-222 e José Eduardo Horta CORREIA — "Pragmatismo e utopismo na criação urbanística de raiz portuguesa no século XVIII". *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*, vol. 8, p. 106.
- <sup>16</sup> Pierre FRANCASTEL — "Introduction". In Pierre FRANCASTEL (coord.) — *Utopie et institutions...*, p. 8.
- <sup>17</sup> José Eduardo Horta CORREIA — *Vila Real de Santo António...*, pp. 127-138.
- <sup>18</sup> Pierre FRANCASTEL — "L'Esthétique des Lumières". In Pierre FRANCASTEL (coord.) — *Utopie et institutions...*, pp. 331-357.
- <sup>19</sup> Walter ROSSA — "No 1º Plano". In Ana TOSTÕES (coord.); Walter ROSSA (coord.) — *Lisboa 1758...*, p. 71. Os dois autores aqui referidos são-no a propósito das seguintes obras: Emil KAUFMANN — *De Ledoux a Le Corbusier: origen y desarrollo de la arquitectura autónoma*. Barcelona: Gustavo Gili, 1985 e Joseph RYKWERT — *The first moderns: the architects of the eighteenth century*. Cambridge/London: MIT Press, 1980.
- <sup>20</sup> Pardal MONTEIRO — "Os portugueses precusores da arquitectura inoderna e do urbanismo". *Museu*. Porto: Círculo Dr. José de Figueiredo, 1949, vol./ano V, separata e Pardal MONTEIRO — *Eugénio dos Santos Precursor do Urbanismo e da Arquitectura Moderna*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1950.
- <sup>21</sup> José Eduardo Horta CORREIA — "O Guadiana enquanto fronteira do Império". *A Definição dos Espaços Sociais, Culturais e Políticos no Mundo Ibero-Atlântico (de Finais do Séc. XVIII até Hoje)*. Lisboa: Colibri, 2000, pp. 185-193. Neste e em outros trabalhos, o autor tem fundamentado o quanto a escolha do local para a implantação da cidade teve de retórico face a Espanha.
- <sup>22</sup> O panorama completo de todas estas acções de reformismo urbanístico em Portugal e no império careceria da invocação de uma extensa bibliografia. Para uma primeira aproximação veja-se a parte intitulada "O corolário e o ocaso de um processo" de Walter ROSSA — "A cidade portuguesa". *História da Arte Portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1995, vol. III, pp. 233-323 (também publicado em Walter ROSSA — *A Urbe e o Traço: uma Década de Estudos sobre o Urbanismo Português*. Coimbra: Almedina, 2002, pp. 193-359).
- <sup>23</sup> Renata de ARAUJO — "Experiências coevas no actual território brasileiro". In Walter ROSSA (coord.); Adelino GONÇALVES (coord.) — *ECDJ*, n.º 9, p. 47.
- <sup>24</sup> A designação de então era Saline Royal de Chaux, mas como a cidade — que colhia o nome da floresta de enquadramento — não chegou a florescer, acabou por vingar a designação que consagra o facto de se situar entre as aldeias de Arc e Senans.
- <sup>25</sup> Anthony VIDLER — *Ledoux*. Paris: Hazan, 1987, pp. 40-65; Hanno Walter KRUFFT — *Le città utopiche. La città ideale...*, pp. 131-148; Anthony VIDLER — *Claude-Nicolas Ledoux 1736-1806*. Milão: Electa, 1994, pp. 77-126; Daniel RABREAU — *Claude-Nicolas Ledoux (1736-1806). L'architecture et les fastes du temps*. Bordeaux: William Blake & Co., 2000, pp. 87-121; Gérard CHOUQUER (ed.); Jean-Claude DAUMAS (ed.) — *Autour de Ledoux*. Besançon: Presses Universitaires de Franche-Comté, 2008.
- <sup>26</sup> Claude Nicolas LEDOUX — *L'architecture considérée sous le rapport de l'art, des mœurs et de la législation*. 1.ª ed. 1804. Nordlingen, 1984-1987, vol. 1. A parte que diz respeito a Chaux estende-se por todo o primeiro volume. Note-se que pelo meio ocorre a Revolução Francesa com a qual o arquiteto enfrentou problemas graves dada a sua estreita relação com o regime deposto.
- <sup>27</sup> Em 20 de Setembro de 1771, Ledoux foi nomeado comissário das salinas do Franche-Comté, Lorraine e Trois-Evêchés, secundando um inspector, o conhecido engenheiro dos Ponts et Chaussées, Jean-Rodolphe Perronet. Em 1773 passaria a ser o arquitecto da Ferme Générale.
- <sup>28</sup> Horta Correia tem glosado esta ideia do possível face ao utópico, sem com isso pôr em causa a verdadeira dimensão ideológica das realizações. A título de exemplo aqui fica a seguinte transcrição: (...) *Vila Real de Santo António, enquanto estrutura coerente e concebida como 'cidade ideal', representa a concretização de uma política de Absolutismo Esclarecido e a incarnação de uma utopia do nosso Iluminismo possível.* (...) (José Eduardo Horta CORREIA — *Vila Real de Santo António...*, p. 221).
- <sup>29</sup> Foi através de uma breve referência no "Relatório" do *Plano de Pormenor de Salvaguarda do Núcleo Pombalino de Vila Real de Santo António* que pela primeira vez chamámos a atenção para este paralelismo. Ver "Fundamentação e explicação da proposta do plano." Walter ROSSA (coord.); Adelino GONÇALVES (coord.) — *ECDJ*, n.º 9, p. 88.
- <sup>30</sup> Independentemente da bibliografia específica, para uma contextualização mais ampla destes casos remeto para a parte final do texto referenciado na nota 23, do qual aliás uso aqui livremente algumas frases relativas a Porto Covo.
- <sup>31</sup> Por entre o considerável número de estudos feitos acerca de Pina Manique, Cátia Gonçalves MARQUES — *Manique do Inuendente uma Vila Iluminista*. Coimbra: s.n., 2004, prova final de licenciatura em Arquitectura apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, texto policopiado, é o único trabalho até hoje dirigido a este caso do urbanismo português. Sendo importante pelos dados que reúne, é também muito estimulante pela especulação que faz em torno de duas hipóteses do que poderia ter sido o plano, ainda que não seja possível considerá-las suficientemente fundamentadas. Por razões de economia é a única referência, o portal que aqui deixo para este caso.
- <sup>32</sup> Entre outros, Carlos SAMBRICIO — *Territorio y ciudad en la España de la Ilustración*. Madrid: MOPT, 1991, 2 vols. e Jordi OLIVERAS SAMITIER — *Nuevas Poblaciones en la España de la Ilustración*. Barcelona: Caja de Arquitectos, 1998.
- <sup>33</sup> A referência central para a abordagem do caso é o trabalho de António Martins QUARESMA — "Porto Covo, um exemplo de urbanismo das Luzes". *Anais da Real Sociedade Arqueológica Lusitana*. Santiago do Cacém, 1988, 2.ª série, vol./ano II, pp. 203-212.
- <sup>34</sup> Walter ROSSA — "A cidade portuguesa". *A Urbe e o Traço...*, pp. 337 e 348.
- <sup>35</sup> <http://www.ciudadesilustracion.org/>
- <sup>36</sup> Esta acção inseria-se no programa das Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação e contou com a minha participação enquanto coordenador científico. No seu âmbito foram realizadas reuniões, verbalizados alguns compromissos e produzidos alguns documentos, mas tudo permanece inconsequente.